

**“NÃO ACEITO ESTA OPERAÇÃO-ABAFAR”**  
(Do deputado Luiz Salomão, líder do PDT)

# Acordos definiram cassações

CÂMARA EVITA MANOBRA PARA INDICAR MEMBROS FAVORÁVEIS A IBSEN, GENEBALDO E FIÚZA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.



Foi abortada ao longo desta semana uma manobra destinada a salvar os deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Genebaldo Correia (PMDB-BA) e Ricardo Fiúza (PFL-PE) da cassação pela CPI do Orçamento. O plano, detectado a tempo e comunicado à Presidência da Câmara, consistia em indicar para a Comissão de Constituição e Justiça nomes simpáticos aos três envolvidos. A Comissão, à qual compete aprovar ou arquivar as punições recomendadas pela CPI, será a instância julgadora mais importante do processo, já que dificilmente o plenário modificará o parecer final que ela produzir.



Fiúza: proteção

A manobra envolvia o PMDB, o PFL e o PPR, os três partidos mais expressivos do Congresso, aos quais caberá, pelo critério da proporcionalidade, indicar 28 dos 54 membros da Comissão, que se somarão aos 10 votos do PP, PTB, PRN e PSD, partidos bastante comprometidos com as irregularidades. A composição da Comissão, do modo como foi apresentada à Mesa da Câmara pelos líderes dos partidos, criava uma correlação de forças que poderia alterar profundamente o relatório da CPI, pondo em risco todo o esforço de punir os envolvidos na fraude. “Não permitirei qualquer manobra que afronte a imagem e a integridade da instituição”, afirmou o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que rejeitou a composição da Comissão e instruiu os líderes partidários a reformular a lista de indicações.

Na lista enviada à Mesa, o PMDB, por exemplo, incluiu entre os 11 membros a que tem direito pelo menos seis aliados potenciais de Ibsen (Ary Kara, Felipe Neri, João Natal, José Dutra, Mendes Ribeiro e Nelson Jobim), dois quercistas com participação questionável em outras CPIs (José Thomaz Nonô e Nilson Gibson), e um ex-quercista, Roberto Rollemberg, também alvo de suspeitas. Restaram como indicações isentas os deputados José Luiz Clerot e o

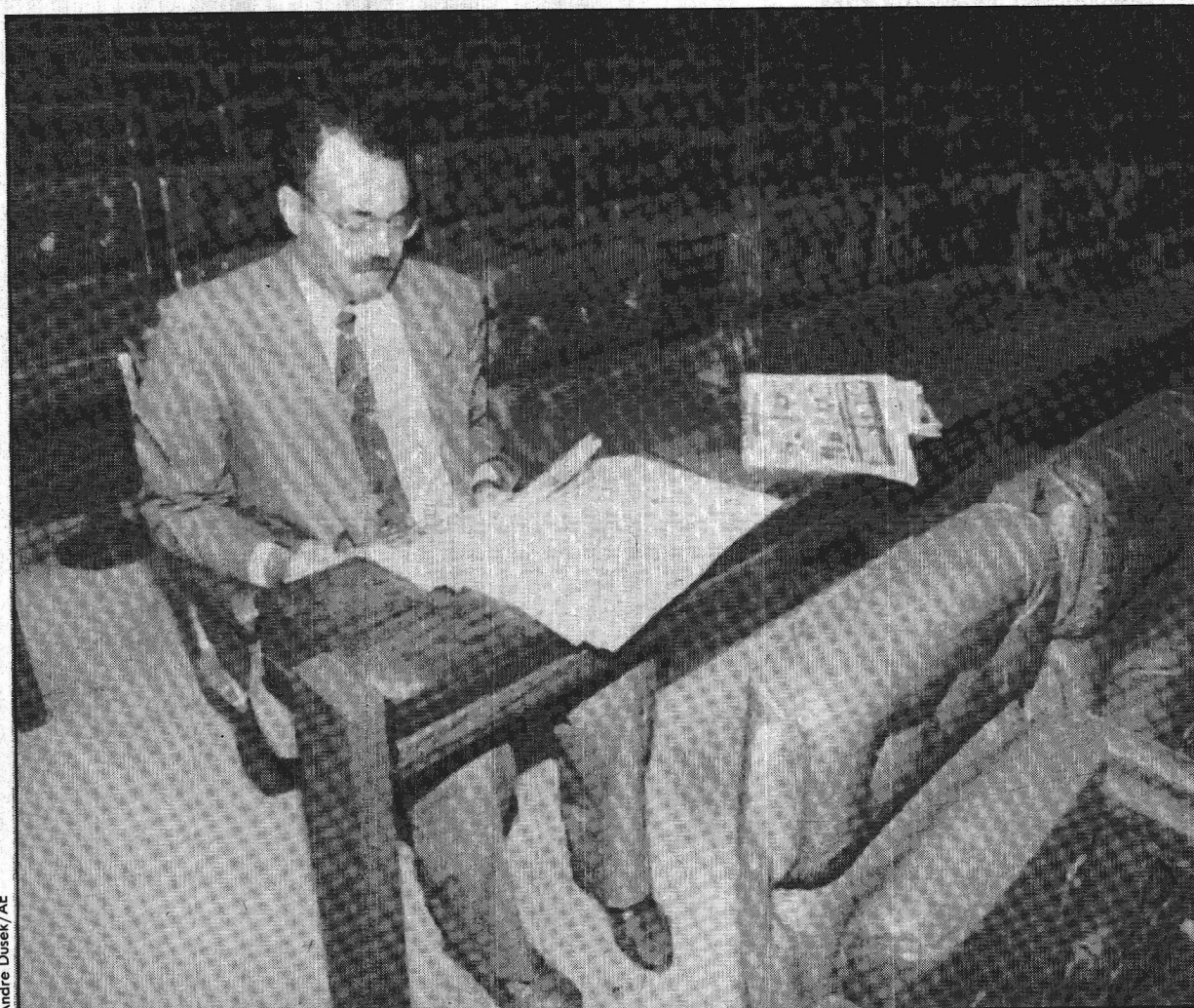
desconhecido Maurici Mariano. No lado do PFL, pelo menos cinco das nove indicações recaem sobre nomes simpáticos ao correligionário Ricardo Fiúza, enquanto no PPR praticamente todas as oito indicações são colocadas sob suspeita.

O PP chegou a indicar dois membros denunciados pela CPI como envolvidos no escândalo do Orçamento (João de Deus Antunes e Paulo Portugal), enquanto o PSC indicou o deputado Augusto Farias, irmão de PC Farias, como seu único representante. Embora não tenha o poder de alterar a proporcionalidade da representação dos partidos na Comissão, Inocêncio recomendou aos líderes das três grandes legendas que dêem prioridade, na indicação, a parlamentares com formação jurídica sólida e conduta política acima de questionamentos, além de equidistância em relação aos envolvidos no escândalo. O prazo para as substituições se estenderá até o final deste mês, de modo a permitir que até 1º de fevereiro, no mais tardar, os trabalhos da Comissão comecem.

O pernambucano Nilson Gilbon antecipou-se a um possível convite e pediu para ser substituído, até porque desligou-se do PMDB recentemente. Para o seu lugar deverá ser indicado Valter Pereira. Nelson Jobim também escapou do constrangimento, por ser relator da Revisão Constitucional, e por isso será igualmente substituído. O esforço da Câmara em evitar manobras se concentrará agora na nomeação dos relatores de cada um dos subgrupos da Comissão. Esses subgrupos julgarão os denunciados pela CPI conforme a natureza da infração cometida.

A eleição dos novos integrantes das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara deveria ocorrer no dia 15 de fevereiro, mas para não atrasar o julgamento, o prazo foi antecipado para, no máximo, até 1º de fevereiro. Apenas o presidente, o relator e os três vice-presidentes serão nomeados em 15 de fevereiro.

**Vannildo Mendes/AE**



Uldurico: greve de fome em protesto contra os acordos para as cassações.